

Contribuição à Consulta Pública nº 65/2018 do Ministério de Minas e Energia “Proposta para o Procedimento de Elaboração do Plano Nacional de Energia – PNE”

As contribuições, observações e questionamentos aqui apresentados baseiam-se na leitura e análise do documento de proposta da referida consulta pública, bem como da Nota Técnica DEA 05/13 – “Termo de Referência (TDR) para Elaboração do PNE 2050”, da EPE, e do Documento de Apoio ao PNE 2050 “Consideração sobre a Participação da Sociedade no Planejamento de Longo Prazo”, também produzido pela EPE.

1. Sugestões/Contribuições:

- Sobre o reconhecimento de que o setor energético não conta ainda com um processo formalizado para a condução metódica da cadeia formada por política energética, estratégias e elaboração de plano de longo prazo (pág. 7), sugerimos a estruturação e formalização de um processo que leve em consideração também a participação na etapa de inventário de bacia e na elaboração dos Planos Decenais de Expansão de Energia (PDEs), por exemplo.
- Entre os fatores que afetam o planejamento de longo prazo que devem ser levados em consideração (pág. 12) deve-se constar também a **interface do setor de energia com outros aspectos ambientais e territoriais**, como usos múltiplos dos recursos hídricos, direitos indígenas, etc.
- Sugerimos que no processo a **questão climática** não seja vista apenas à luz da ação das organizações internacionais (pág. 12), mas sobretudo **em uma perspectiva mais ampla**, a incluir: as vulnerabilidades do país às alterações climáticas (e, assim, a capacidade de adaptação do setor de energia), a trajetória do país para uma economia de baixo carbono (e, portanto, as oportunidades de mitigação e o direcionamento do aproveitamento das oportunidades para o setor de energia brasileiro).
- Sugere-se que a etapa de **monitoramento** (pág. 13) **indique claramente os indicadores** que permitirão que este seja feito de forma eficaz. Por exemplo: se o PNE indica o direcionamento para a eficiência energética em 10%, é preciso que se tenha indicadores que nos permitam avaliar essa evolução da política energética.
- Nos fatores que devem ter sua influência analisada e/ou considerada no planejamento energético de longo prazo (pág. 14), sugere-se considerar e mencionar a **trajetória de ganhos em eficiência energética**.
- Ao propor a adoção de um **enfoque sistêmico para o planejamento energético** (pág. 15) sugerimos considerar e citar o **nível ambiental**, juntamente com os níveis político, social e econômico, citados explicitamente na proposta.
- Na elaboração de **diagnóstico sobre políticas públicas setoriais** em energia (pág. 17) não apenas os acordos internacionais no âmbito do governo federal que guardem relação ou impactam o planejamento energético devem ser considerados, mas também as **políticas nacionais de meio ambiente, clima, recursos hídricos, direitos indígenas**, etc.
- Sugere-se também que todos os relatórios de resultados das Consultas Públicas a serem produzidos respondam adequadamente às sugestões feitas, destacando o que foi acatado e o que não foi, explicitando neste caso o motivo.

- Na identificação dos segmentos de governo, agentes públicos e agentes sócio-econômicos cuja participação é necessária sugere-se a convocação não apenas dos que atuam nas áreas de transporte, indústria e educação, mas também nas áreas de meio ambiente e clima.
- Ainda sobre os fatores que devem ter sua influência analisada e/ou considerada no planejamento energético de longo prazo (pág. 14), consideramos e sugerimos que a opinião pública (ou uma **manifestação da sociedade civil**) quanto à pertinência do abandono dos combustíveis fósseis, ou seja, da priorização das renováveis em longo prazo seja também um fator considerado. A sociedade possui o direito de manifestar sua preferência no que diz respeito à exploração e uso das fontes de energia e o poder público deve levar em consideração tal manifestação.
- Entre os expressivos potenciais renováveis a serem considerados na elaboração do PNE (pág. 14) recomendamos não deixar de fora o potencial de **geração maremotriz e ondo motriz** que o Brasil possui.
- No contexto da realização de workshops e consultas para subsídios com segmentos do governo e sociedade (pág. 17), defendemos que a sociedade não seja chamada apenas para discutir resultados, mas para participar inclusive com a produção dos cenários. Neste sentido, sugerimos que se realize um ou mais workshops específicos com segmentos da sociedade para que **sejam apreciadas pelo governo experiências de planejamento energético desenvolvidas de forma independente**, como por exemplo, o relatório [R]Evolução Energética, do Greenpeace, e a **Plataforma de Cenários Energéticos**. Alguns dos cenários produzidos apontam caminhos bem diferentes do planejamento governamental e mostram que é possível planejar a partir de premissas diferentes das adotadas oficialmente. Tais estudos podem servir como auxílio e suporte na projeção de cenários que o governo normalmente não costuma considerar.
- Entre as variáveis a serem consideradas na análise de sensibilidade sugere-se considerar, por exemplo: 1) **total restrição à construção de mais hidrelétricas na Amazônia** para além de empreendimentos já contratados até o início de elaboração do PNE 2050; 2) **total restrição à construção de termelétricas a carvão mineral ou óleo diesel** para além de empreendimentos já contratados até o início de elaboração do PNE 2050.
- Sugere-se **indicar os modelos a serem utilizados na elaboração dos cenários e projeções**, bem como disponibilizar os que forem de domínio público ou desenvolvidos pelo MME ou EPE para que interessados possam desenvolver projeções independentes.
- Por fim, apesar de reconhecer o conflito com interesses governamentais, sugere-se **desconsiderar a continuidade da utilização de energia nuclear no país**, produzindo um cenário que leve em consideração, inclusive, o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2.

2. Questionamentos:

- A agenda de quatro anos para a elaboração do PNE inicia em 2019?
- Tendo o planejamento energético caráter determinante para o setor público, como cita a proposta, por que os Planos Decenais de Expansão de Energia (PDEs), que possuem relação com o PNE, afirmam serem tão somente de caráter indicativo, não apenas para o setor privado, mas também para o setor público?

- Por que ao comparar o consumo energético brasileiro com outros países com economias do mesmo porte e desenvolvimento (neste caso considerado baixo), o discurso governamental não compara também os níveis de eficiência energética de nosso país com os demais, por exemplo? Em que medida a comparação tão somente de consumos per capita não esconderia uma pretensa justificativa para se aumentar indefinidamente o consumo?
- Quando a proposta fala em energia eólica se considera também o potencial de geração *off shore*, já que o mesmo não cita essa possibilidade explicitamente?
- Os cenários formulados e projeções feitas no PNE 2030 serão considerados de alguma forma neste processo de elaboração?
- Por que o Documento de Apoio ao PNE 2050 “Considerações sobre a Participação da Sociedade no Planejamento de Longo Prazo”, que apresenta boas propostas e inclusive alternativas de processo, parece não ter sido considerado na elaboração da proposta ora em consulta pública?
- Dada a constatação anterior, o que será feito com todos os documentos já produzidos pela EPE e pelo próprio MME até então?
- A afirmação de que é fundamental uma sistematização de projeções socioeconômicas das variáveis de cada setor, de modo que os cenários compatíveis possam ser adotados (pág. 11), significaria uma uniformidade na análise? Os parâmetros econômicos serão os mesmos utilizados em outros estudos por outros órgãos governamentais? Haverá uma integração entre estes órgãos? Se sim, tal integração se daria no momento da produção das projeções?
- Como se dará a identificação de segmentos de governo nos âmbitos estadual e municipal, sociedade, agentes públicos e agentes sócio-econômicos que podem contribuir na formulação do PNE? (pág. 17)

3. Observações:

- Em relação ao trecho da proposta: *“Possui uma extensão de território e litoral que lhe garante abundante acesso a expressivos potenciais energéticos renováveis - hidro, solar, eólico e diversas biomassas - e os significativos recursos do pré-sal, além de recursos de urânio e carvão.”* Consideramos que o governo se relativiza o potencial renovável do Brasil em paralelo ao não renovável enquanto temos um potencial de fontes renováveis único, entre os maiores do mundo. Além disso, vale ressaltar a baixa qualidade do carvão mineral brasileiro – altamente poluente e pouco eficiente.
- Vale ressaltar também o seguinte trecho: *“Como signatário dos acordos internacionais relativos ao desenvolvimento sustentável e às incertezas do clima, estas devem ser consideradas de forma principal nos cenários e condicionantes do longo prazo.”* Consideramos que deve-se criar mecanismos para que essa assertiva se efetive.
- Em relação ao trecho: *“Avaliar fatores para os quais o PNE é sensível, como um cenário de demanda e oferta de energia submetido a uma condição de alteração das variáveis climáticas tomando como parâmetro as mais recentes projeções do IPCC (...)”*. Está é uma consideração importante no que diz respeito a medidas de adaptação às mudanças climáticas. Em termos de mitigação destes impactos é necessário a proposição de medidas efetivas (e urgentes) de redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE) da matriz energética brasileira – que vem em uma curva ascendente devido ao incremento da participação de usinas termelétricas a gás natural.

- Reforçamos a importância de se considerar nessa elaboração o relatório [R]evolução Energética¹, pois tal estudo mostra como o Brasil pode chegar a uma matriz energética 100% limpa e renovável no horizonte de 2050. O resultado aponta para contas de luz mais baratas, menos impactos socioambientais e maior segurança energética.
- A “*viabilidade e penetração de tecnologias de fontes renováveis*”, como expresso no documento de proposta, vem batendo recordes e superando até mesmo as projeções mais otimistas. Uma transição energética justa, como a proposta pelo relatório do Greenpeace em parceria com a German Aerospace Center, é, portanto, viável em termos técnicos – em se considerando o potencial brasileiro – e vantajosa em termos socioeconômicos e ambientais.
- Faz-se necessário, portanto, haver um anúncio e metas claras no PNE 2050 em direção a um *phase-out* ou descomissionamento de parques de geração de energias fósseis, a começar pelos mais poluentes como é o caso do carvão mineral; os mais caros e arriscados aos brasileiros, como usinas nucleares; e o fim da construção de grandes empreendimentos de infraestrutura em áreas sensíveis social e ambientalmente, como hidrelétricas na Amazônia.

Joilson José Costa
Engenheiro Eletricista

Kamyla Borges da Cunha
Doutora em Planejamento de Sistemas
Energéticos

Marcelo Latterman Lima
Mestre em Ciências Ambientais e Energia

¹ https://storage.googleapis.com/planet4-brasil-stateless/2018/07/Relatorio_RevolucaoEnergetica2016_completo.pdf